

# humanitas

**Vol. XXIX-XXX**

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

---

# HUMANITAS

VOLS. XXIX-XXX



COIMBRA  
MCMLXXVII-MCMLXXVIII

rativo. Parece-me mais natural relacionar Ergasto com o grego ἐργάζεσθαι (*ergázesthai*) «trabalhar» e ἐργαστής (*ergastés*) «trabalhador». Mas isso estraga as congeminações do Dr. Saraiva que vê em Ergasto, pastor de uma écloga que Camões quase de certeza não escreveu, uma encarnação autobiográfica do poeta prisioneiro.

E agora dois ou três pontos concretos que podem ser abordados com brevidade.

A tradutora de Marcantonio Sabellico foi D. Leonor de Noronha e não D. Joana (p. 298), como o Autor lhe chama. E Camões não precisava da sua tradução, pois sabia latim. Isso não impede, naturalmente, que a tenha lido.

Por outro lado, D. Leonor de Noronha não foi discípula de André de Resende (p. 112) nem o humanista «para ela e seu irmão D. Pedro compôs uma *Arte de Gramática*, impressa em 1540». É um erro de Barbosa Machado na *Bibliotheca Lusitana*, muitas vezes repetido. Levantei dúvidas sobre a identidade dos discípulos de Resende no artigo que escrevi sobre D. Leonor de Noronha na *Enciclopédia Verbo*.

Hoje, estou seguro do modo como as coisas se passaram. O livro, cujo título exacto é *De uerborum coniugatione commentarius*, foi composto para os sobrinhos de D. Leonor, filhos de seu irmão D. Pedro de Meneses, terceiro marquês de Vila Real. Um exemplar que me foi dado examinar transformou em certeza a minha suspeita. De facto, na carta que serve de prefácio ao opúsculo, datada de 11 de Junho de 1540, André de Resende informa de que as necessidades do seu próprio magistério, nomeadamente, o ensino do «conde de Alcoutim e D. Juliana de Meneses, filhos do Marquês de Vila Real, que lhe foram confiados», aconselham a publicação do trabalho. Esta D. Juliana (a que Resende chama em latim *Menesia*, isto é, «de Meneses») chamou-se também «de Lara» (e «de Noronha») e veio a ser mulher do duque de Aveiro, D. João de Lencastre.

A filha de D. João III que casou com seu primo Filipe, filho do imperador Carlos V, não se chamava Filipa (p. 115), mas tinha o nome de Maria.

O Dr. Saraiva raramente cita a bibliografia que utilizou e, quando a cita, fá-lo de modo vago e incompleto. Também se sente muito a falta neste livro de um índice de nomes próprios que facilitaria certamente a sua consulta reflectida e crítica.

AMÉRICO DA COSTA RAMALHO

**DOUTOR M. GONÇALVES CEREJEIRA, O Renascimento em Portugal.**

**II — Clenardo. O Humanismo e a Reforma.** Coimbra Editora, Limitada, 1975. 244 pp.

A recensão presente ocupa-se do volume II da obra do Professor Manuel Gonçalves Cerejeira, *O Renascimento em Portugal — Clenardo*, de que esta é a primeira reedição, desde que foi impresso em 1918, na antiga Imprensa da Universidade de Coimbra.

O volume I foi mais feliz, editorialmente falando, com as suas quatro edições, das quais a última, em 1974. Aliás, o mesmo volume I fora valorizado, logo a

partir da 2.<sup>a</sup> edição, com as cartas de Clenardo que para ele transitaram do volume que hoje recenseamos. Deste último, recorda o Autor que, tendo sido escrito inicialmente para um concurso universitário, não chegou a ser julgado, porque «a 7 de Maio de 1919, o Conselho da Faculdade de Letras propunha a nomeação, com dispensa de provas públicas, para os dois candidatos respectivamente de História e de Filosofia, o que foi despachado por Decreto de 5 de Novembro do mesmo ano». O candidato de História foi o Doutor Gonçalves Cerejeira, o de Filosofia o Doutor Joaquim de Carvalho.

Nas palavras iniciais, de que extraímos a citação anterior, presta o Doutor Cerejeira simpática homenagem aos que na Faculdade de Letras de Coimbra têm continuado a ocupar-se dos estudos de que os dois volumes do *Clenardo* foram precursores: «O que mais se me impõe à memória é o grupo notável dos novos professores que, à força de talento e de estudo, conquistaram a velha Universidade, e particularmente o dos jovens historiadores do Renascimento português de que *Clenardo* I e II tem a vaidade de ser um dos iniciadores e lá continuam a medrar para glória da velha e sempre nova *Alma Mater* conimbricense».

Infelizmente, alguns já não são assim tão jovens, mas oxalá possam continuar a investigar em paz e lhes sejam dadas possibilidades de editar os seus trabalhos!

Este livro com mais de meio século, publicado quando o Doutor Gonçalves Cerejeira ia adiantado em anos, representa um enorme esforço de actualização. Não deve, por isso, levar-se-lhe a mal, se o esforço nem sempre foi bem sucedido.

Uma das maiores novidades do volume, em 1918, estava sem dúvida na primeira tentativa de investigar o ambiente cultural português, no começo do século XVI. Escrevia então o Autor, na p. 58, estas palavras que desapareceram na presente edição:

«Em tempos do rei D. João II, veio também para Portugal outro ilustre italiano, o celebrado poeta e orador latino, doutor jurista Cataldo Áquila Sículo, — cujas obras latinas de há tanto tempo estão reclamando de algum português que saiba ... latim, um estudo sério ... (34)».

E no começo da nota 34, que se prolonga por catorze páginas, escrevia o Doutor Cerejeira: «Admira como ainda ninguém tentou o estudo da biografia e influência de Cataldo, baseando-se na sua obra, — e muito especialmente nas suas epístolas latinas, onde há matéria de sobra para tentar quem quer (...). A sua raridade e hoje o ... latim! devem ter contribuído para esse injusto esquecimento. Na Biblioteca da Universidade de Coimbra há hoje um precioso exemplar impresso em 1500, que pertenceu a Ferdinand Denis, e que o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Mendes dos Remédios para ela adquiriu.»

Actualmente sabe-se que Cataldo se não chamava «Áquila», que as obras existentes em Coimbra são apenas uma parte da sua produção literária, e que nenhuma biblioteca portuguesa possui todos os livros do humanista. Em contraste com esta situação, a Bodleian Library de Oxford, por exemplo, guarda o total desses livros impressos que o famoso Earl of Essex, Robert Devereux, «salvou», segundo uma fonte inglesa (1), da biblioteca do bispo D. Fernão Martins Mascarenhas, quando

(1) K. M. P., «A Grand Inquisitor and his library», *The Bodleian Quarterly Record*, III, n.º 34, July 24, 1922, pp. 234-244.

em 16 de Julho de 1596 o pirata isabelino pôs fogo à cidade de Faro. Mas há ainda um poema manuscrito que se encontra na Biblioteca Pública Eborense, onde também existem as obras impressas que faltam em Coimbra.

A longa nota do Doutor Cerejeira sobre Cataldo foi transcrita pelo Professor Joaquim de Carvalho na sua reedição das *Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra, de Francisco Leitão Ferreira, Primeira Parte*, Coimbra, 1937, pp. 753-766.

Mais perto de nós, Luís de Matos, num importante artigo de *A Cidade de Évora*, 35-36, 1954, fez uma análise de conjunto da vida e da obra do Sículo e estabeleceu algumas datas da sua cronologia.

E depois de 1963, o Seminário de Latim da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra começou a ocupar-se da obra de Cataldo. De alguns dos trabalhos publicados, valeu-se o Doutor Gonçalves Cerejeira para corrigir e completar informações sobre o humanista, impressas em 1918, como, aliás, ocasionalmente reconhece, por exemplo, nas páginas 65, 66 e 76. Infelizmente, não chegaram a tempo às suas mãos estudos como a minha Introdução ao livro de Dulce da Cruz Vieira, *Cataldo Parisio Sículo: Martinho, Verdadeiro Salomão*, Coimbra, 1974, pp. 9-29, em que defendo que João Rodrigues de Sá de Meneses não podia ter sido aluno de Ângelo Policiano, como o Doutor Cerejeira, na sequência de outros, e alguns bem modernos, escreve na p. 80.

Também o desconhecimento das teses de licenciatura, elaboradas no Seminário de Latim, lhe não permitiu corrigir certos erros que vinham já de 1918.

Assim, mencionando alguns dos correspondentes portugueses de Cataldo, escreve o Doutor Cerejeira: «(...) e D. João Manuel, o camareiro-mor do rei venturoso, que teve educação muito latina, pois lhe pergunta, como quisesse consolá-lo na dor de ter perdido a filha *de que lhe valera ter folheado, desde os mais tenros anos, com a mor diligência, tantos bons autores — os clássicos latinos e os Padres?*» (pp. 61-62).

No século XVIII, Diogo Barbosa Machado, na sua *Bibliotheca Lusitana*, II, p. 688, pensou que nessa carta do humanista o camareiro-mor de D. Manuel recebe «os pêsames da morte de sua esposa D. Isabel de Meneses, filha de D. Afonso Telo de Meneses, alcaide-mor de Campo Maior».

Mas em 1969, numa tese de licenciatura que orientei, Maria Isabel de Abreu e Lima Pereira, em *Algumas cartas e poemas de Cataldo Sículo*, pp. 36-37, demonstrou sem sombra de dúvida que a senhora chorada na carta é a primeira mulher do soberano, a rainha Isabel, falecida de parto em Saragoça, em 24 de Agosto de 1498.

Por outro lado, embora aproveitando algumas das minhas correcções (2), como a de que o Bessáron da epístola de Cataldo não é o famoso cardeal, mas o jovem bolonhês Bessáron Malvezzi (a que, por gralha, chama Salvezzi na p. 65), volta a incluir o cardeal entre os humanistas correspondentes de Cataldo, na p. 69.

O resumo que apresenta, nas pp. 23-26, da *Oratio pro Rostris* de André de Resende na Universidade de Lisboa, em 1534, ganharia muito se tivesse sido feito em confronto com outras declarações anteriores de idêntico teor: a carta de Cataldo ao 2.º Marquês de Vila Real, D. Fernando de Meneses, escrita entre o final de 1499

---

(2) *Estudos sobre a Época do Renascimento*, Coimbra, 1969, pp. 61-63.

e 21 de Fevereiro de 1500, em defesa das Humanidades Clássicas; o discurso do filho deste, o 2.º Conde de Alcoutim, D. Pedro de Meneses, na Universidade de Lisboa, em 18 de Outubro de 1504; o «Prologus» de Estêvão Cavaleiro à sua *Mariae Virginis Ars*, de 1516, cuja importância, aliás, foi o Doutor Gonçalves Cerejeira o primeiro a sugerir, já em 1918, embora o não tenha estudado atentamente.

Mencionar Estêvão Cavaleiro é recordar a querela dos gramáticos do começo do século XVI na Universidade de Lisboa, de cuja existência foi o Doutor Cerejeira também o primeiro investigador a ter uma vaga suspeita. É até curioso, a este propósito, fazer um reparo à linguagem do velho Mestre conimbricense. Tratando de André de Resende, na p. 25, escreve: «Repugnava ao seu espírito a escolástica decadente, e com ela as artes edificadas sobre 'processos necessários' e glosas de doutores, em vez da análise das fontes, como nós dizemos hoje».

É caso para comentar: «dizemos hoje» e dizia-se no século XVI. Repare-se neste passo de Estêvão Cavaleiro, em 1516, citado atrás na p. 58, em artigo (3) publicado neste mesmo número de *Humanitas*: «Pela minha parte, antes quero beber da límpida fonte dos autores que do riacho limoso e turbulento de tal doutrina» (*Nos uero e limpido auctorum fonte quam ex limoso turbulentoque riuulo doctrinae aquas malumus haurire*, fol. Aijj vº).

Ainda a propósito de Cavaleiro. Num artigo a sair em breve numa revista estrangeira, dou as razões por que penso que o melhor contributo do estudo de Rocha Madahil, *Novos testemunhos da actividade tipográfica de Lisboa no século XV*, citado na p. 75 n. 1 desta reedição de *Clenardo*, ainda são as fotografias que o probo investigador Madahil teve a boa ideia de publicar.

Finalmente, um reparo à revisão do livro do Doutor Gonçalves Cerejeira, impresso nitidamente em bom papel nas Oficinas Gráficas da Coimbra Editora, e valorizado com excelentes índices. Tem numerosas «gralhas», decerto atribuíveis aos 87 anos do seu Autor que provavelmente foi também o revisor.

Mas não pode fugir-se a um sentimento de admiração pelo homem de estudo que trabalhou até o último dia de uma longa e preenchida existência.

AMÉRICO DA COSTA RAMALHO

---

(3) A. Costa Ramalho, «Um capítulo da História do Humanismo em Portugal: o 'Prologus' de Estêvão Cavaleiro», pp. 51-74.